



DEPUTADOS ESTADUAIS POLICIAIS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palavras-Chave: [SEGURANÇA PÚBLICA], [LEGISLATIVO], [POLICIAIS]

Autores/as:

GABRIEL MUNHOZ DRESCH OBREGÃO UNICAMP

Prof. Dr. FREDERICO NORMANHA RIBEIRO DE ALMEIDA UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Este projeto de iniciação científica pretende identificar e analisar perfis sociopolíticos e padrões de atuação dos deputados estaduais originários das forças de segurança pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Os estudos sobre a entrada, bem como atuação e trajetórias de policiais, civis ou militares, na política brasileira é um tema em ascensão, mas ainda novo e por isso há muito espaço a ser preenchido.

DEBATE TEÓRICO:

Se os estudos são recentes, a existência de policiais na vida política brasileira não é. Desde a redemocratização, o Brasil convive com a participação de policiais, militares ou não, em suas instâncias políticas. Especialmente na última década, o fenômeno tem se destacado e crescido, impulsionado por uma maré conservadora que o engloba. As eleições de 2014 trouxeram "aumento de 25% no número de ex-policiais eleitos como deputados estaduais ou federais" (Faganello, 2015). Uma rápida pesquisa no website da ALESP permite concluir que se na décima oitava legislatura haviam três deputados que se utilizavam de patentes militares em seus nomes, na atual e décima nona legislatura este número salta para onze. Esse crescimento fica ainda mais evidente quando observamos que o número de parlamentares oriundos das forças de segurança eleitos, seja para Assembléias, Câmara Federal ou Senado, mais do que

quadruplicou entre as eleições de 2014 e 2018, saltando de dezoito para setenta e quatro parlamentares (Souza, 2019).

A segurança pública sempre foi tema latente na política de um país que não se envolve em guerras há mais de cem anos, mas tem números de homicídios tão grandes quanto, e até maiores que alguns conflitos armados. Pinheiro (1991), pontua que o Brasil é um país com tradição autoritária e que não rompeu com o antigo regime, mas sim transitou para a democracia, o que aliado à benevolência dos anos finais da ditadura e à euforia da redemocratização, acabou por disfarçar as limitações desta transição no que se refere aos padrões autoritários e de violência ilegal das instituições de justiça e segurança, que são reproduzidas historicamente e agravadas com a democratização e reorganização do poder.

Em 2014, foram quase 60 mil mortes violentas no país. Entre 2013 e 2014 as mortes por policiais aumentaram em 37% (Berlatto, 2016). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, com números referentes a 2018, traz dados importantes. Foram 57.341 mortes violentas no país. Em relação ao ano anterior, isso representa uma redução de 10,8 pontos percentuais. Mesmo com uma diminuição nas mortes violentas em geral, aquelas causadas por policiais aumentaram 19,6 pontos percentuais na mesma comparação. Isso aumenta o debate em torno das medidas de segurança que devem ou não serem tomadas pelo Governo, sobre o uso da violência legítima pelas forças de segurança e pelo papel político de seus agentes e instituições.

Em uma sociedade historicamente violenta e autoritária (Caldeira, 2000), ganham voz propostas simplistas e muitas vezes violentas, para resolução do problema da segurança pública. Nesse contexto, a carreira de policial militar têm no momento histórico do Brasil uma vocação política latente. Nesse sentido, como pontua Souza (2019), policiais são eleitos como representantes de uma ideologia e de um projeto político partilhado por parte da sociedade, e não apenas pelas instituições das quais são egressos.

Ariel de Souza (2019), aponta que os policiais parlamentares refletem o perfil das instituições das quais procedem. Os deputados estaduais policiais são em absoluto homens, o que reflete não apenas a estrutura de suas corporações como também a dificuldade das mulheres em acumular capital social e transformá-lo em capital político na nossa sociedade. Apesar disso, nossa pesquisa demonstrou que representantes indiretos da classe dos agentes de segurança pública encontram também espaço para atuar. Este é o caso da deputada Adriana Borgo,

"reconhecida como mãe e madrinha" - segunda sua própria descrição no site da ALESP - da causa dos agentes públicos. Por conta deste e de outros casos afins, consideramos alguns deputados e deputadas não provenientes de forças de segurança, como seus representantes. Isto nos permitirá conclusões mais acertadas quando discutirmos os resultados de pesquisa no relatório final.

METODOLOGIA:

Para a análise dos perfis dos parlamentares da ALESP foi utilizado o método prosopográfico, que consiste na "investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas" (Stone, 2011, pág. 115), com as informações sendo coletadas do próprio website da Assembléia. Braga e Nicolás (2006) apontam que o legislativo do estado de São Paulo oferece informações acima da média nacional sobre seus integrantes. Apontam no mesmo estudo que este método oferece vantagens como a possibilidade de estudar toda a população de uma legislatura; possibilita que o pesquisador trabalhe com a análise das fontes primárias, no comportamento dos deputados; independência analítica em relação às fontes, permitindo aos seus pares uma maior verificação dos dados coletados.

Os dados coletados dos deputados da décima nona, décima oitava, décima sétima e décima sexta legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo foram: nome do deputado, partido, profissão, área de atuação, base eleitoral, projetos de leis apresentados e dentro destes, as normas aprovadas. Os itens profissão, área de atuação e base eleitoral são de responsabilidade exclusivas de cada deputado e não foram checadas em outras fontes por mostrar-se inviável frente a proposta de uma iniciação científica. Contando todas tabelas e incluindo deputados que assumiram o cargo por serem suplentes, chegamos a quase quatrocentos e cinquenta indivíduos ao longo dos últimos dezesseis anos. Cada deputado ou deputada teve ao menos sete informações levantadas (citadas acima) totalizando quatro planilhas que somadas entregam por volta de três mil informações catalogadas, discriminadas e revisadas de maneira metódica.

Por fim, foi feita a análise documental das informações previamente citadas por meio do uso de fórmulas no programa Excel. Alguns resultados serão apontados de maneira breve mais

para frente ainda neste resumo mas a análise destes resultados constará de maneira mais detalhada no relatório final do programa PIBIC.

RESULTADOS:

A pesquisa demonstra que a última eleição trouxe um caráter personalista de grande peso para dentro da casa legislativa do estado de São Paulo. Na décima sexta legislatura haviam dois deputados provenientes de forças de segurança e na décima sétima legislatura, três. Contudo, nenhum desses deputados foi eleito utilizando-se de nome sugestivo que o relacionasse às forças de segurança. Já na décima oitava legislatura os três deputados eleitos provenientes das forças de segurança utilizaram-se de nomes sugestivos que os relacionavam principalmente à polícia militar.

Nas últimas eleições, referentes a décima nona legislatura e que coincidiram com as eleições presidenciais em que Jair Bolsonaro foi eleito, temos um salto claro nestes termos. Foram eleitos oito deputados com nomes sugestivos relacionados as forças de segurança, sendo cinco destes do PSL, então partido do presidente e que até então não emplacara sequer um deputado com nome sugestivo ou proveniente das forças de segurança. PL, AVANTE e PP também emplacaram candidatos neste linha. Além disso, vale citar a deputada Adriana Borgo do PROS. Apesar de não ter sido eleita com nome sugestivo ou ser proveniente das forças de segurança, ela se descreve em sua página no website da ALESP como "Mãe e madrinha" da causa dos agentes públicos, tendo sido portanto eleita com apoio da categoria.

CONCLUSÕES:

Isto demonstra como a política brasileira está muito relacionada com o presidente da república, tendo este grande influência direta e indireta na configuração política e na formulação das políticas em âmbito estadual. Além disso é evidente o aumento do número de deputados provenientes das forças de segurança, principalmente de policiais militares de alta patente. As bases eleitorais destes deputados contudo parece não ter sofrido mudanças notáveis, situando-se na capital ou grandes regiões metropolitanas, como têm sido historicamente.

BIBLIOGRAFIA

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano; e BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, no 21, pág. 79-122, setembro - dezembro de 2016.

SOUZA, Elias Ariel de. *Entre o coturno e o terno: Os deputados estaduais oriundos das polícias militares, suas proposições legislativas e interesses corporativos*. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2019.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista Usp*, n. 9, p. 45-56, 1991.

ALMEIDA, Frederico de. Los tres votos a Bolsonaro. *Nueva Sociedad*, 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/los-tres-votos-bolsonaro/>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLAS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 107-130, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100008>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* 2019. Ano 13. 2019.

FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. in: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (organizadores). *Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. (145) - (159).

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, June 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 02 May 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>.